

Segregação racial e a saúde mental da população negra macapaense: uma violência explícita

Racial segregation and the mental health of Macapá's black population: an explicit violence

Miriam Carvalho Silva¹

¹ Universidade Federal do Amapá – UNIFAP Amapá, Brasil. E-mail: miriampsic96@gmail.com

Palavras-chave

Segregação racial
Racismo estrutural
Saúde mental
Macapá

Realizou-se uma pesquisa bibliográfica, tendo-se utilizado materiais científicos disponíveis nas bases de dados Scielo e Pepsic, além de dissertações, teses e livros considerados de grande relevância para a temática. No processo de seleção do material, foi realizada leitura seletiva com base nos critérios de inclusão. Selecionaram-se apenas materiais que tratavam sobre segregação racial e saúde mental ou o racismo e suas formas de apresentação, incluindo conteúdos que abordavam a negritude em Macapá. Após isso, desenvolveu-se a leitura interpretativa de cada obra. Esta pesquisa foi classificada como dedutiva, pois partiu-se de princípios que são considerados verdadeiros e indiscutíveis, como a prática da segregação racial e os seus possíveis impactos na saúde mental. E com base nos objetivos, classificou-se como explicativa e exploratória, já que visou analisar os modos em que a segregação racial surge em Macapá e de que maneira isso pode impactar na saúde mental da população negra macapaense. A partir disso, percebeu-se que a segregação racial praticada na cidade de Macapá, trata-se de uma violência existente desde a sua criação como Território Federal, estando atrelada a política de branqueamento e a necropolítica. Essa união resulta na não atenção para políticas voltadas a população negra e desatenção socioeconômica, causando o aumento nas possibilidades de adoecimentos psíquicos como: ansiedade, depressão, baixa autoestima, dificuldades na construção da identidade enquanto sujeito negro, tendo por finalidade a predominância da branquidade na capital.

Keywords

Racial segregation
Structural racism
Mental health
Macapá

It was made a bibliographic research, using scientific material available on Scielo and Pepsic databases, plus dissertations, theses and books of great relevance about the theme. In the material selection process, selective reading was performed based on the inclusion criteria. Only materials that dealt with racial segregation and mental health or racism and its forms of presentation were selected, including content that addressed blackness in Macapá. After that, the interpretative reading of each work was developed. The study was classified as a deductive research, because it started from principles that are considered true and indisputable, such as the practice of racial segregation and its possible impacts on mental health. And based on the objectives, it was classified as explanatory and exploratory, since it aimed to analyze the ways in which racial segregation arises in Macapá and how it can impact the mental health of Macapá's black population. Based on this principle, it was understood the racial segregation practiced in Macapá is a violence that has been existing since its creation as Federal Territory, being connected to the whiteness policy and necropolitics. This union results in the lack of policies orientated to the black population and socioeconomic inattention, causing an increase in the possibilities of psychic illnesses as: anxiety, depression, low self-esteem, difficulties in the construction of identity as a black subject, aiming at the predominance of whiteness in capital of Amapá.

INTRODUÇÃO

A segregação racial ainda é tida como algo que não acontece, principalmente por parte daqueles que não sofrem a exclusão diária em meio a sociedade, tendo seus direitos retirados e sendo esquecidos nas periferias da cidade. Os autores França (2017) e Oliveira (2017), explicam que a segregação espacial ocorre em sua maioria com recorte racial em decorrência do racismo estrutural que permeia na sociedade brasileira.

A população negra é o principal alvo da segregação praticada e mesmo que seja a maioria em todo o território

nacional, ainda possui dificuldade para o acesso à educação e saúde, tudo fruto de atitudes racistas que nunca deixaram de ocorrer. Quando Almeida (2019) fala sobre o racismo estrutural, desenvolve que ele é algo que pode ser praticado de maneira manifesta ou não, e às vezes não é percebido pela população devido à ausência de debates, por exemplo, que promovam esse ampliar de visão sobre discursos e atitudes racistas.

Em meio ao racismo estrutural, se tem como seu fruto também, a segregação racial, esta que segundo Oliveira (2017), possui impactos na saúde mental da população negra, vindo a interferir na constituição de uma subjetividade e

identidade negra. Em Macapá, a construção urbana se deu em meio à segregação racial, sendo realizada uma higienização na frente da cidade, tornando-a mais bela, mais branca.

De acordo com Junior e Mota (2017), Macapá é a capital que menos pratica segregação racial, podendo ser resultado da porcentagem superior a metade da população que se declarou preta ou parda no censo de 2010 realizado pelo o Índice Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mas considerando a origem da população macapaense, abrem-se implicações a respeito dessa análise.

Como base nessas informações, esta pesquisa visou a partir de uma pesquisa bibliográfica com tipologia dedutiva e classificada como explicativa e descritiva, analisar as formas que a segregação racial surge na capital e como pode impactar a saúde mental da população negra macapaense, considerando a construção da cidade e o seu desenvolvimento urbano.

Percebeu-se, portanto, que segregação racial possibilita esgarçamento psíquico no sujeito, devido principalmente ao sentimento de não pertencimento e a não construção de uma identidade e orgulho negro, pontos que também estão atrelados como resultados da necropolítica que, através do roubar de identidades, impossibilita ações e posicionamentos de coletivos fortalecidos e também há o controle de como essa população gerida pelo Estado deverá morrer, seja de forma física ou psíquica, resultando em predominância da branquidade.

Segregação racial

A segregação racial ainda é tida como um mito, pois como coloca Garcia (2009), a segregação urbana envolta na questão racial como uma realidade brasileira, não é auto evidente e é negada por quem não a vivencia. No entanto, é possível visualizar a segregação espacial com causa racial em meio a toda história da população negra no Brasil e antes mesmo da abolição jurídica da escravidão.

Segundo França (2017), a segregação se dá em âmbito espacial e se desenvolve de acordo com a raça da população, podendo ser empregada em todos os setores da vida do sujeito, seja em espaço residencial ou institucional e estes posicionamentos podem ser propagados tanto entre quem pratica quanto por quem vivencia a segregação. Para compreender isso, faz-se necessário desenvolver um pouco sobre a trajetória do negro no Brasil.

Ao falar sobre o racismo no Brasil, Nunes (2006) pontua que este foi o último país a abolir a escravidão e apesar da distância histórica relacionada ao período que ocorreu e os últimos anos, ainda é possível visualizar as marcas deixadas na sociedade brasileira. Em uma visão geral sobre a escravidão no país, a autora desenvolve que o regime

escravista não foi em nada menos violento que em outros países, muito pelo contrário, ainda é possível perceber a violência cotidiana, multiforme e naturalizada nos mais diversos locais e discursos.

A escravidão no Brasil teve seu fim jurídico em 13 de maio de 1888, quando a princesa Isabel assinou a Lei Áurea. Todavia, com o fim da escravidão, os negros foram libertos, mas continuavam presos aos brancos, pois nada lhes foram garantido. A abolição é vista atualmente pelos movimentos da população negra brasileira, como uma abolição inconclusa. Inconclusa, pois, como afirma Maciel (2001), mesmo sendo homens e mulheres negros livres juridicamente, não possuíam nada social, econômica e politicamente para lhes ajudar, tendo em vista que a sociedade era e é baseada em uma estrutura étnica-racial, onde os pretos servem e os brancos são servidos.

Após a abolição da escravidão, em 1890, Ruy Barbosa como então Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda e Presidente do Tribunal do Tesouro Nacional, queimou diversos documentos oficiais que comprovavam a escravidão realizada, objetivando apagar da história do país um período extremamente vergonhoso (NUNES, 2006). No entanto, a busca por mudanças nas aparências não mudou as relações entre o Estado e o negro que agora estava “livre”. A omissão tornou-se cada vez mais evidente, a miséria material, discriminação e humilhações vividas e também a culpabilização voltada para a própria população negra por via de manobras ideológicas.

Ao pensar sobre o negro no mercado de trabalho e a sua exclusão, Maciel (2001) e Nascimento (1978), trazem que antes, durante e depois da abolição da escravidão, a ideia de branquear e dissolver qualquer resquício da história do negro como sujeito que possui seu lugar fora da servidão, já existia no país, pois havia o desejo em eliminar aquele que não é igual, que não deveria estar ali. Assim, começaram as políticas de imigração e estas possuíram um reflexo gigantesco no mercado de trabalho que perdura até hoje. Como apresenta Nascimento (1978), com a imigração de pessoas brancas, o negro, mesmo qualificado profissionalmente não conseguia vaga para trabalho, a preferência sempre era e é dada ao branco. Desta forma, a população negra foi deixada a margem da sociedade, sem políticas que garantissem sua sobrevivência, buscando a sua eliminação.

Ao falar sobre as desigualdades raciais no Brasil, Heringer (2002) comenta que, apesar da criação de políticas que garantem diversos direitos para a população negra, ainda é perceptível certo descompromisso por meio do Estado com a diminuição das desigualdades raciais e abertura institucional, permitindo a manutenção de discursos e posicionamentos que excluem o negro dos lugares tidos como para brancos.

Desta forma, considera-se que toda a experiência de

segregação racial tem base socioeconômica e ocorre em diversos setores, como na escola, família, trabalho, residenciais e referências de comunicação, gerando a exclusão do negro e podendo causar o sentimento de não pertencimento e não aceito pelo outro, assim como a possibilidade de vir a afetar a saúde mental da população negra, gerando adoecimento.

O lugar do negro em Macapá

As lutas e resistências da população negra existem desde que o primeiro negro chegou ao Brasil, tanto de forma individual como coletiva, com fugas para os quilombos ou mocambos. Sobre isso, os autores Carvalho, Teodoro e Filocreão (2017) relatam que por volta de 1591, surgiu o primeiro quilombo e a partir disso, vários outros começaram a surgir. A respeito do Amapá, os autores pontuam que no Grão-Pará, o crescimento dos quilombos foi tão grande durante os séculos que a notícia que corria na época era que existiam mais negros nos quilombos do que nas terras dos senhores, sendo incluído neste espaço, o atual estado do Amapá.

Vários negros fugiam do Grão-Pará para a Guiana Francesa, almejando a tão desejada liberdade, porém, apesar de em 1848 ter sido abolido o cativo, o Governo Francês não permitia a entrada de negros, mesmo que fossem livres, assim, acabavam sendo enviados de volta. Atualmente no Amapá, existem em torno de 40 comunidades remanescentes de quilombolas, dentre eles o Curiaú, o mais próximo do centro da capital Macapá, um símbolo de resistência e cultura negra, onde as pessoas mais velhas realizam participações marcantes na cantoria, danças, celebrações e dão continuidade a cultura negra no estado (CARVALHO; TEODORO; FILOCREÃO, 2017; TRINDADE, 2015).

Enquanto no restante do Brasil em meados de 1930 iniciavam-se os primeiros movimentos da Frente Negra Brasileira e em 1944 surgia, por meio de Abdias do Nascimento, o Teatro Experimental do Negro (TEN), que visava empoderar o negro e resgatar a cultura e os valores negados pela população branca, além de valorizar a população negra por meio da educação, arte e cultura; no Amapá, antigo Território Federal do Amapá, chegava o primeiro governador e a segregação racial em meio à comunidade tornava-se cada vez mais explícita (MACIEL, 2001; NASCIMENTO, 2004).

Antes da chegada do governo de Janary Nunes, a população macapaense já se organizava, como Lobato (2013) e Porto (2002) colocam, em 1940 no trabalho com a agricultura de subsistência como a produção principalmente de farinha de mandioca, criação de gado, pesca e extrativismo vegetal. Lobato (2013) apresenta ainda que antes de tal

governo, a população já lutava por sua autonomia e em 1853 com a lei que propunha a criação da província de Oyapóckia, os moradores de Macapá representaram na Câmara solicitando a aprovação da proposta e novamente em 1870, uma nova representação foi feita sendo assinada por 387 macapaenses que rebatiam argumentos contra a criação de Oyapóckia e afirmavam principalmente que estavam insatisfeitos com os investimentos públicos provinciais vindos da capital da província em terras belenenses, mas apesar do incessante desejo e luta por autonomia, o projeto foi engavetado.

Segundo Maciel (2001) e Pessoa e Venera (2013), em 1943, ainda como Presidente, Getúlio Vargas nomeia o jovem Capitão Janary Nunes como governador do Território Federal do Amapá e ao chegar, usando de seu poder de liderança, convence representantes da comunidade para que levem todas as famílias que estavam morando na frente da cidade, onde hoje ficam os arredores da casa do governador, Ordem dos Advogados Brasileiros (OAB/AP) e orla, para hoje os bairros conhecidos como Laguinho e Santa Rita (antigo Favela), nessa época existiam em torno de 1.300 habitantes na cidade.

Nas diversas localidades do então Território, entre as décadas de 1940 e 1950, ainda tendo como governador o Capitão Janary Nunes, Macapá teve seu crescimento populacional em 78%, também houve crescimento significativo no município de Amapá, Mazagão e Oiapoque, estes crescimentos foram frutos da ocupação militar na fronteira e também da política de colonização na Amazônia (FLEXA, 2013). Tal política não visava apenas o aumento da população, mas também a busca por mudanças dos hábitos daqueles que já moravam aos arredores das localidades, principalmente dos índios.

Em Macapá, com a levada da população negra para os bairros afastados da frente da cidade, as famílias que foram trazidas de outros estados ou países, passaram a ocupar o lugar que antes era pertencente à população negra. Como Maciel (2001) aborda, por vezes em leituras realizadas, é possível ter-se a visão de que não houve quaisquer resistências da população negra amapaense em meio à segregação racial praticada. Todavia, como coloca a autora, um caso muito conhecido é a fala do então governador Janary, ordenando uma família a sair de dentro da sua casa, hoje onde passa a Avenida Padre Júlio, caso contrário, passaria por cima com o maquinário, esta família se recusava a sair de um local que era seu por direito. Outras famílias saíram da frente da cidade, mas se recusaram a ir para os bairros afastados, permanecendo no local hoje conhecido como formigueiro, estes sendo exemplos de resistências individuais e coletivas.

A partir desse movimento de retirada dos negros, tornou-se mais evidente que o projeto de Janary Nunes em povoar,

sanear e educar, em momento algum incluía a população negra presente no Amapá (OLIVEIRA, 2013). Sobre isso, Maciel (2001) coloca que muitos negros não sabiam que o que lhes acontecia diariamente, tratava-se de segregação racial, devido principalmente a alienação propagada no estado, onde os meios de comunicação eram controlados pelos governantes e pela igreja, além da total desatenção para com a educação da população amapaense, o que acabou por desenvolver um sentimento de dependência do governo, além do sentimento de não pertencimento ao que era construído na cidade.

Sobre a segregação racial no decorrer dos anos, é possível visualizar a concentração da população negra longe dos grandes centros ou separada por muros dos grandes e luxuosos condomínios habitados por brancos (FRANÇA, 2017). O negro saiu do cativo com a abolição da escravidão, mas foi empurrado e colocado na favela, sendo marginalizado e excluído. Como Nascimento (1978) cita, foi lançado à própria sorte como lixo humano e que buscou sobreviver como podia.

Em uma análise sobre a segregação racial na cidade de Macapá, Junior e Mota (2017) colocam que, a partir de análises dos dados fornecidos no censo de 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a capital é tida como uma das que menos praticam segregação racial, sendo colocada pelos autores como possível causa, os seus 72% de habitantes que na época se declaravam pretos e pardos.

No entanto, é questionável a capital ser considerada pelo IBGE, como apresentam os autores, como uma das capitais que menos pratica segregação racial, considerando como se deu a construção da cidade, envolvendo o objetivo de reestruturar o país, incluindo o então Território Federal do Amapá, tornando-o “mais belo”, excluindo o negro e povoando com brancos durante o governo presidencial de Getúlio Vargas e do Capitão Janary Nunes.

Complementa-se a partir do que Maciel (2001) ressalta, considerando que com a chegada dos padres italianos ao então Território, as rodas de marabaixo deixaram de acontecer nas dependências da igreja católica, pois eram vistas como macumba e que acabavam em orgias. Assim, após a realização das festas na frente da igreja fincando o mastro na porta durante anos, foram construídos locais considerados próprios para a realização do marabaixo. E no desenvolver do estado e da capital, conforme apontam Pessoa e Venera (2013), o negro voltou aos arredores da fortaleza e orla da cidade, apenas para festividades culturais.

Desenvolve-se esta análise sobre a incongruência, em decorrência do racismo estrutural que perpetua a população brasileira. Segundo Almeida (2019), o racismo ocorre em decorrência da própria estrutura social, assim, envolvem as relações políticas, econômicas, jurídicas e familiares. Desta

forma, a imagem e o discurso de que o negro deve ser excluído pode ainda perpetuar em meio a população macapaense, colocando-o em bairros afastados e marginalizados, sempre pontuando que não serão todas as vezes que estes posicionamentos serão manifestos e explícitos pelo branco.

Tendo isso, complementa-se com o que é salientado por Gonzalez e Hasenbalg (1982), reforçando que a segregação racial e as desigualdades raciais em decorrência do racismo não são um legado presente apenas no passado. Mas reverbera muito na atualidade de Macapá, onde o lugar dado ao negro sempre foi o inferior e distante do lugar ocupado pelo branco, tanto em territórios espaciais quanto nas territorialidades, no sentido de pertencimento àquilo que pertence a população negra, suas subjetividades (SANTOS; SILVEIRA, 2011).

O racismo se faz presente e é perpetuado pela estrutura desigual de oportunidades sociais que os brancos e negros são expostos durante suas vidas, assim, a segregação racial pode vir a afetar de diversas maneiras a população negra, incluindo a sua saúde mental, pois, em comparação ao branco, o negro possui limitações impostas pelo branco no decorrer de todo o desenvolvimento da sociedade, além da culpabilidade pelo suposto problema racial existente e criado contra o negro.

METODOLOGIA

Realizou-se uma pesquisa bibliográfica, caracterizada pelo levantamento de bibliografias já publicadas, como livros e artigos científicos. Segundo Gil (2008), uma das principais vantagens deste tipo de pesquisa é proporcionar ao investigador uma maior cobertura de fenômenos do que aquela que se pesquisa diretamente.

Sua tipologia corresponde ao método dedutivo, pois parte de princípios que são considerados verdadeiros e indiscutíveis, possibilitando conclusões formais em virtude de sua lógica (GIL, 2008). Esta pesquisa teve como princípio geral, a análise e apresentação dos possíveis impactos na saúde mental da população negra macapaense em decorrência da segregação racial vivenciada.

Com base no objetivo, esta pesquisa é classificada como descritiva e explicativa, como é colocado por Gil (2008), esse tipo de pesquisa preocupa-se em descrever características de uma população, fenômeno ou o estabelecimento de relações variáveis e explicar por meio da identificação de fatores que podem determinar ou contribuir para a ocorrência de fenômenos, como impactos na saúde mental da população negra em decorrência da segregação racial em Macapá.

Para a realização desta pesquisa foram utilizados artigos científicos publicados nas bases de dados *Scielo* e *Pepsic*,

assim como o uso de dissertações de mestrado, teses de doutorado e livros que tratem sobre o racismo e a segregação racial no Brasil. Todo o material encontrado deveria atender ao critério estipulado de estrutura: “racismo estrutural”, “população negra”, “saúde mental”, “população negra amapaense”, “quilombos amapaenses”, “história amapaense”, “segregação racial” e “desigualdade”. Considerando o apanhado histórico necessário realizado na pesquisa, não foi feito uso de periodicidade fechada para os materiais utilizados.

Todos materiais encontrados passaram por leitura seletiva, com o objetivo de selecionar o que corresponde à temática e posteriormente, análise interpretativa, analisando os possíveis impactos na saúde mental da população negra macapaense em decorrência da segregação racial.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os estudos sobre os impactos na saúde mental da população negra em decorrência da segregação racial ainda são escassos, principalmente estudos sobre a temática voltada para a capital do estado do Amapá, Macapá. No entanto, tal percepção não anula a existência de debates promovidos em eventos e rodas de conversa em meio à sociedade, apenas ressalta o quão necessário é a produção científica a respeito da segregação racial em uma das capitais que segundo Junior e Mota (2017), possui o menor índice de segregação em análises do IBGE no censo de 2010, mas que ainda possui a população negra longe da frente da cidade e do bairro central, locais ocupados principalmente pelos brancos.

Na realização de análises sobre tais informações fornecidas pelo IBGE, Junior e Mota (2017) atribuem essa classificação da pesquisa como possível motivo a porcentagem de pessoas que se declaram pretos ou pardos. Porém, deve-se considerar também que nem todo cidadão macapaense que se declara pardo, necessariamente tem origem negra, pois o estado também possui grande percentual de indígenas e isso pode interferir na declaração de raça/etnia.

Ao falar sobre a segregação racial, Kilomba (2019) enfatiza que as áreas negras segregadas são lugares com as quais o branco não se importa e não ousa estar, mantendo mais especificamente, distanciamento corpóreo. Portanto, na realização da segregação racial a branquidade define sua própria área e a negritude é colocada confinada em um local também determinado pela branquidade, locais representados como os bairros periféricos e conjuntos habitacionais longe dos centros de educação, culturais, comerciais e de saúde.

Um dos principais e maiores exemplos de segregação

racial ocorrido em Macapá, trata-se do momento em que houve a construção da cidade e o enobrecimento da Fortaleza de São José e orla da cidade, onde o negro foi colocado em lugares mais distantes, visando assim, um embelezamento por meio do embranquecimento dos locais, deixando apenas o que é tido como belo, o branco (PESSOA; VENERA, 2013). Também é possível perceber a segregação quando se pensa nos locais onde são construídos os conjuntos habitacionais e como os moradores passam a ser vistos pela população local, sendo marginalizados e podendo ser classificados como violentos, dependentes do governo, bandidos e usuários de drogas.

Como colocam Junior e Mota (2017), a segregação se dá através do afastamento de alguns integrantes da população local, sendo colocadas barreiras para impedir o seu acesso aos centros e com isso permanecer sem acesso a condições consideradas mínimas para uma vida com qualidade, com acesso a água potável, por exemplo.

Ao realizar um estudo sobre o desenvolvimento local em regiões periféricas, dando atenção especial para o Amapá, Abrantes (2014) apresenta que o crescimento populacional e o baixo nível na renda familiar, levaram a um crescimento expressivo da população que ocupa as áreas de ressacas (locais que sofrem com os efeitos das marés e são formados por canais e igarapés). O autor ainda coloca que segundo moradores das regiões, a atração para a moradia se dá principalmente pelo motivo de que as áreas de ressaca ficam mais próximas dos locais onde podem ter acesso à saúde e educação, assim, acabam preferindo não residir em áreas geograficamente mais altas, mesmo que tenham problemas de infraestrutura básica, principalmente no que condiz a saneamento básico.

Desta maneira, o que se pode perceber é que a população que ocupa essas áreas não está ali por livre e espontânea vontade, mas por necessidade, devido à dificuldade em acessar o que é seu por direito em áreas mais distantes.

Seguindo essa linha, é considerado também que a exclusão da população negra perpassa pela necropolítica, que segundo Mbembe (2016), refere-se a política da morte aplicada por quem está no poder, tomando medidas sobre como a população que está sendo gerida pelo Estado deve ou não morrer, além também de estar envolvida na administração violenta e no fortalecimento de discursos racistas. Quando Mbembe fala sobre essa política da morte, não remete apenas à morte física, mas a ações mortíferas, como a diminuição de verbas para a saúde, desatenção para com as políticas públicas e esquecimento de pessoas em vulnerabilidade social, promovendo condições mínimas para a sobrevivência dessa população, buscando sua eliminação.

Como reflexo da necropolítica, a região norte aparece nos dados do IBGE (2019) em Pesquisa Nacional por Amostra de

Domicílio Contínua, como a região que possui o maior percentual de pessoas em ocupações informais. E em todo o território nacional, a população que menos tem acesso a coleta de lixo, rede de água tratada, esgoto sanitário e que mais morre através de homicídios é a população preta ou parda, como classifica o IBGE.

E ao se pensar sobre segregação racial em Macapá, logo se pode lembrar da música “*Marabaixo*”, gravada por Luiz Gonzaga e composta por Julião Ramos que conta um pouco sobre a retirada da população negra da frente da cidade, sendo possível visualizar o sentimento de não pertencimento ao que era construído na cidade nos seguintes versos: “as ruas de Macapá estão ficando um primor, tem hospital, tem escola, pros filhos de trabaiaidô, mas as casas que são feitas é só pra morar os dotô”.

Esse sentimento de não pertencimento e não aceitação pode vir a gerar adoecimento no sujeito, considerando que a existência do sujeito está totalmente ligada ao outro. Como coloca Souza (1983), a população negra se constitui em meio a uma ideologia imposta pelo branco, no entanto, o alcance desse ideal pode ser visto como inalcançável, tendo em vista a real não aceitação do negro em lugares tidos como para brancos, gerando frustração no sujeito. Assim, por vezes, a rejeição causada pelo outro que é branco, pode gerar além da violência física, a psíquica, realizada pelo outro e por si, arrancando do negro sua própria identidade.

À vista disso, como é pontuado por Oliveira (2017), a saúde mental de todo sujeito perpassa pelas condições de fortalecimento das identidades em âmbito social e psíquica, assim, com a segregação racial presente nos diversos territórios, dentre eles o espaço físico de uma cidade, reflete nos processos identificatórios, pois sem tais relações, o processo de identificação não ocorre e abre possibilidade para adoecimentos. Os processos identificatórios e construção de identidade se dão por via de territorialidades, do contato com as histórias e aspectos culturais, com representações coletivas e individuais, isso ocorrendo em meio à população negra e também junto ao branco.

Em Macapá, com a retirada da população negra da frente da cidade e posteriormente a proibição da realização das rodas de marabaixo na igreja, também foi uma forma de roubar a identidade do negro, pois, como dito por Souza (1983) e Oliveira (2017), todo sujeito necessita do outro para a sua constituição e nessa exclusão, o desejo e orgulho de ser negro se desfaz, pois se compreende que não é aceito.

Logo, suas constituições enquanto sujeitos de direitos, desejos e pertencentes a um grupo podem ser afetadas, podendo causar desde muito cedo, como apresentam Pantoja, Rodrigues e Abrantes (2019), crises de ansiedade, de baixa autoestima e depressão, além de várias outras formas de adoecimentos psíquicos em decorrência do racismo, aqui

apresentado por meio de uma ideologia segregacionista, que segundo Kilomba (2019), forma uma divisão geográfica que de um lado têm-se os ditos superiores e do outro os colocados como inferiores, o aceitável e o inaceitável, os bons e maus, sendo a partir dessas perspectivas que a população negra desenvolve sua subjetividade.

Segundo Oliveira (2017), a segregação racial afeta diversos aspectos na vida da população negra, dentre eles a educação e acesso à cultura, afetando a estabilidade socioeconômica, cultural, política e de necessidades consideradas essenciais para a vida na cidade e a estruturação da saúde mental dessa população. O autor ainda pontua que a segregação afeta de alguma forma tanto o negro como o branco, porém, é o negro que mais sofre com essa violência, pois é dele que é retirada a identidade, havendo abertura para o esgarçamento psíquico.

Fazendo uso do que é trazido por Almeida (2019) ao falar sobre o racismo e como é naturalizada pela maioria que como coloca o autor, ainda não está desperta para as questões raciais, é inevitável que a população negra não adoeça, considerando que em meio a sociedade existem diversas explicações racistas para o branco vigorar nos espaços, como o discurso da não aptidão acadêmica dos negros e que as escolhas afetam a vida das pessoas, afirmando que a condição racial nada tem a ver com a situação socioeconômica, desconsiderando toda a história e luta da população negra para ter direitos, inclusive de vida.

E considerando a existência da necropolítica como uma política imposta em diversos governos que promovem o não acesso a saúde, educação e condições mínimas para uma vida digna, ela acaba contribuindo para que esse sujeito deixe de existir, tanto de forma psíquica, como física (MBEMBE, 2016). Abrindo espaço então para a predominância de brancos com acesso a saúde, educação e cultura, além da ocupação de cargos de chefia, tanto no setor público como privado.

Em outras palavras, com a eliminação da população negra por via da segregação racial e exposição a violências diárias de todas as formas, comprova-se que a política de branqueamento ainda se faz existente no Brasil, incluindo Macapá e que a saúde mental da população negra pode ser afetada por não ser aceita em todos os lugares, permanecer esquecida pelo Estado, mesmo que existam políticas voltadas a essa população, mas que junto a elas foram colocadas barreiras que dificultam seu acesso e manutenção permanente da saúde da população negra. Vindo a gerar, como apresentado anteriormente, adoecimentos psíquicos como ansiedade, depressão, baixa autoestima, estresse e ataques de pânico, dentre outros transtornos mentais.

A política de branqueamento no Brasil visava exatamente isso, aniquilar a população negra, retirando dela todos os seus direitos e a deixando a mercê de qualquer possibilidade de

sobrevivência, destinando seus direitos e possibilidade de inserção no mercado de trabalho aos europeus trazidos para embelezar o país, surgindo principalmente a partir do medo do negro (BENTO, 2002). Portanto, como afirmam Gonzalez e Hasenbalg (1982), as desigualdades impostas em decorrência do racismo não ficaram presas no passado, mas se fazem presente e são passadas de geração para geração.

Compreende-se, portanto, que há uma violência transgeracional cometida contra a população negra em território macapaense, resultando em segregação espacial com recorte racial, ficando a margem da sociedade, com sua cultura encontrando dificuldades para a divulgação e sendo folclorizada. Além de estar exposta a violências diárias em sua vida e adoecida por não ser aceita, sendo colocada em um lugar de subalternidade socioeconômica e espacial e constantemente permanecendo sem valor diante da branquidade macapaense que pratica segregação espacial e divisão no mercado de trabalho. Tais atitudes baseadas no projeto de grande marco e naturalizado pela população amapaense que visava povoar (com brancos), educar (os brancos) e sanear (retirando os negros e deixando a cidade limpa) promovido por Janary Nunes durante o seu governo e perpetuado em outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer desta pesquisa, tornou-se possível perceber como a segregação racial sempre esteve imposta no Brasil e principalmente como está presente em Macapá desde a sua estruturação com maior atenção por parte do Estado. Em meio a sua construção e urbanização, várias famílias negras foram segregadas com o objetivo de higienizar a capital, sendo notória sua prática até a atualidade, quando o negro volta aos arredores da fortaleza de São José apenas em algumas festividades e tem sua história romantizada na construção da fortaleza.

Ao falar-se neste voltar, não se trata necessariamente ao retorno para a frente da cidade, mas refere-se a presença da população negra em todos os lugares, fala-se em territorialidades ocupadas por quem lhes pertencem. Refere-se ao processo de aceitação e não apenas presença tolerada, corresponde também a divulgação da cultura negra no estado e a sua não folclorização, que tem como objetivo de diminuí-la. Essa busca por espaços e aceitação pode gerar adoecimentos na população negra macapaense, considerando as dificuldades encontradas para a construção de suas identidades e relações com o outro, vindo a existir o desejo de não ser negro, devido ao sentimento de não pertencimento e a culpabilização destinada a ele pela exclusão que vivencia, seja em âmbito espacial, educacional, econômico ou de saúde, todos frutos do racismo estrutural e

institucional na sociedade.

Também foi percebido que atrelada a segregação racial está a necropolítica, administrando como essa população segregada deve morrer, sendo retirada dela direitos essenciais para a sua sobrevivência, como o acesso gratuito e com qualidade a saúde, onde além de cuidar do seu físico, poderia cuidar do seu psíquico e não tendo direito a esses atendimentos, junto a referências na sociedade que mostrem possibilidades de apropriação de suas territorialidades, o corpo negro tende a ser eliminado, vigorando assim, a branquidade.

Portanto, observa-se a necessidade de espaços para debates sobre a população negra atrelada aos mais diversos temas, promovendo possibilidades para a construção da identidade e o orgulho negro macapaense, além de maior atenção para as políticas voltadas para essa população, visando a qualidade de vida, acesso à educação e sua permanência, a saúde, cultura e possibilidades socioeconômicas em todos os espaços na capital e estado.

REFERÊNCIAS

- ABRANTES, J. S. **(Des)envolvimento local em regiões periféricas do capitalismo: limites e perspectivas no caso do estado do Amapá (1966-2006)**, 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.
- ALMEIDA, S. L. **Racismo estrutural**. Feminismo plurais, São Paulo: Sueli Carneiro, 2019.
- BENTO, M. A. Branqueamento e branquitude no Brasil. *In: Psicologia social do racismo*. CARONE, I.; BENTO, M. A. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 25-58, 2002.
- CARVALHO, A. H. A.; TEODORO, M. F.; FILOCREÃO A. S. M. As terras remanescentes de quilombolas no Amapá: símbolos de resistência. *In: Anais do III encontro de discentes de história da UNIFAP*, Macapá, 2017. Disponível em: <https://www2.unifap.br/cepap/2017/10/01/anaisdoiiiencontrodediscentesdehistoria/>. Acesso em: 21 de junho de 2020.
- FLEXA, R. C. Colonização e ordenamento das terras no Território do Amapá (1943-1988). **Estação Científica (UNIFAP)**, Macapá, v. 3, n. 1, p. 87-98, 2013. Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/index.php/estacao/article/view/532>. Acesso em: 22 de junho de 2020.
- FRANÇA, D. S. N. **Segregação racial em São Paulo: residências, redes urbanas e trajetórias pessoais de negros e brancos no século XXI**. 2017. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.
- GARCIA, A. S. **Desigualdades raciais e segregação urbana em antigos capitais**: Salvador, cidade D'Oxum, e Rio de

- Janeiro, cidade de Ogum. Rio de Janeiro: Editora Garamond Ltda., 2009.
- GIL, A. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GONZALEZ, L.; HASENBALG, C. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.
- HERINGER, R. Desigualdades raciais no Brasil: síntese de indicadores e desafios no campo das políticas públicas. **Caderno de saúde pública – Rio de Janeiro**, n. 18 (suplemento), p. 57-65, 2002. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X2002000700007&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 20 de julho de 2020.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil. **Estudos e pesquisas – informação demográfica e socioeconômica**, n. 41, p. 1-12, 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101681>. Acesso em: 22 de junho de 2020.
- JUNIOR, J. M. A.; MOTA, J. B. Segregação social e racial: reflexões e discussões sobre o espaço urbano brasileiro e de Macapá – AP. In: XVII enanpur, São Paulo, 2017. **Sessão temática: espaço, identidade e práticas sócio-culturais**, p. 01-20, 2017. Disponível em: <http://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenanpur/article/view/1633>. Acesso em: 27 de junho de 2020.
- KILOMBA, G. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Tradução Jess Oliveira, 1. ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- LOBATO, S. Obreiros do meio do mundo: trabalho e solidariedade no bojo da urbanização macapaense (1944-1964). In: **Cadernos de resumos: IX semana de história - o ensino e a pesquisa de história no Amapá: perspectivas e desafios**, Macapá, p. 16, 2013. Disponível em: <https://www2.unifap.br/historia/files/2014/02/cadixsemana.pdf>. Acesso em: 28 de julho de 2020.
- MACIEL, A. S. **“Conversa amarra preto”**: a trajetória histórica da união dos negros do Amapá: 1986-2000. 2001. Dissertação (Mestrado em Filosofia e Ciências Humanas) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2001.
- MARABAIXO. [Intérprete]: Luiz Gonzaga; [Compositor]: Julião Tomás Ramos, [195?]. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/luiz-gonzaga/1561825/>. Acesso em: 22 de junho de 2020.
- MBEMBE, A. Necropolítica. **Artes e ensaios**, n. 32, p. 123-151, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993>. Acesso em: 03 de julho de 2020.
- NASCIMENTO, A. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**, 1. ed. Rio de Janeiro: Ed. Paz e terras S/A, 1978.
- NASCIMENTO, A. Teatro Experimental do Negro: trajetória e reflexões. **Estudos Avançados**, v. 18 (50), p. 209-224, 2004. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142004000100019>. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000100019. Acesso em: 23 de junho de 2020.
- NUNES, S. S. Racismo no Brasil: tentativas de disfarce de uma violência explícita. **Psicologia USP**, v. 17 (1), p. 89-98, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-65642006000100007>. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-65642006000100007&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 23 de junho de 2020.
- OLIVEIRA, E. A. Vestígios da história do Amapá: populações marginalizadas no período Janary Nunes (1944-1954). In: **Cadernos de resumos: IX semana de história - o ensino e a pesquisa de história no Amapá: perspectivas e desafios**, Macapá, p. 8, 2013. Disponível em: <https://www2.unifap.br/historia/files/2014/02/cadixsemana.pdf>. Acesso em: 22 de junho de 2020.
- OLIVEIRA, R. J. Segregação racial, territórios negros e saúde mental. **Odeere: revista do programa de pós-graduação em relações étnicas e contemporaneidade – UESB**, 2017. DOI: <https://doi.org/10.22481/odeere.v0i4.2367>. Disponível em: <http://periodicos2.uesb.br/index.php/odeere/article/view/2367>. Acesso em: 20 de julho de 2020.
- PANTOJA, D. C.; RODRIGUES, E. C.; ABRANTES, D. S. S. O negro e o racismo no Brasil: ênfase nas consequências psicológicas. **Revista Arquivos Científicos IMMES**, v. 2, n. 2, p. 16-22, 2019. DOI: <https://doi.org/10.5935/2595-4407/rac.immes.v2n2p16-22>. Disponível em: <http://arqcientificosimmes.emnuvens.com.br/abi/article/view/191>. Acesso em: 28 de junho de 2020.
- PESSOA, M. N.; VENERA, R. A. L. S. Discursos e tensões sobre o enobrecimento e apropriações dos negros na fortaleza de São José de Macapá. In: **I Simpósio de Patrimônio Cultural de Santa Catarina - “Patrimônio Cultural: Saberes e Fazeres Partilhados”**, Florianópolis, 2013. Disponível em: <https://pameduc.paginas.ufsc.br/eventos/pameduc/>. Acesso em: 12 de maio de 2020.
- PORTO, J. L. R. **Amapá: principais transformações econômicas e institucionais (1943-2000)**. 2002. Tese (Doutorado em Economia aplicada) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de economia, Campinas, 2002.
- SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**, Rio de Janeiro: Bestbolso, 2011.
- SOUZA, N. S. **Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do**

negro brasileiro em ascensão social, Rio de Janeiro: edições Graal, 1983.

TRINDADE, J. S. B. **Lavrando a memória, cultivando a terra: o direito de dizer e fazer a roça no quilombo do Curiaú** – AP. 2015. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

Submissão: 18/01/2021

Aprovado para publicação: 14/04/2021